



DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO (Em milhares de Reais)												
	Nota explicativa	Capital social		Reserva de capital		Reservas de lucros			Ajustes de avaliação patrimonial	Lucros acumulados	Total	
		Capital social	Custos na emissão de ações	Ações em tesouraria	Pagamento baseado em ações	Legal	Estatutária de ativos biológicos	Retenção de lucros				Reserva de incentivos fiscais
SALDO EM 01 DE JANEIRO DE 2023		566.895	(22.961)	(11.642)	960	37.714	2.512	409.752	4.990	136.865	-	1.125.085
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	-	-	-	-	-	383.434	383.434
Realização - custo atribuído		-	-	-	-	-	-	-	-	(9.053)	9.053	-
Reserva de lucros realizada - ativos biológicos		-	-	-	-	-	(1.237)	-	-	-	1.237	-
Total do resultado abrangente do exercício		-	-	-	-	-	(1.237)	-	-	(9.053)	393.724	383.434
Ações em tesouraria		-	-	(41.974)	-	-	-	-	-	-	-	(41.974)
Destinações propostas		-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Reserva legal		-	-	-	-	19.172	-	-	-	-	(19.172)	-
Dividendos		-	-	-	-	-	-	-	-	-	(93.638)	(93.638)
Dividendos adicionais propostos		-	-	-	-	-	-	435	-	-	(93.638)	(93.203)
Reserva de retenção de lucros		-	-	-	-	-	-	187.276	-	-	(187.276)	-
Total de contribuições dos acionistas e distribuições aos acionistas		-	-	(41.974)	-	19.172	-	187.711	-	-	(393.724)	(228.815)
SALDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023		566.895	(22.961)	(53.616)	960	56.886	1.275	597.463	4.990	127.812	-	1.279.704
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	-	-	-	-	-	304.519	304.519
Realização - custo atribuído		-	-	-	-	-	-	-	-	(8.944)	8.944	-
Reserva de lucros realizada - ativos biológicos		-	-	-	-	-	(1.275)	-	-	-	1.275	-
Total do resultado abrangente do exercício		-	-	-	-	-	(1.275)	-	-	(8.944)	314.738	304.519
Ações em tesouraria		-	-	4.447	-	-	-	(53.616)	-	-	-	(49.169)
Destinações propostas		-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Reserva legal		-	-	-	-	15.226	-	-	-	-	(15.226)	-
Dividendos		-	-	-	-	-	-	-	-	-	(74.878)	(74.878)
Dividendos adicionais propostos		-	-	-	-	-	-	-	-	-	(74.878)	(93.638)
Reserva de retenção de lucros		-	-	-	-	-	-	149.756	-	-	(149.756)	-
Total de contribuições dos acionistas e distribuições aos acionistas		-	-	4.447	-	15.226	-	77.380	-	-	(314.738)	(217.685)
SALDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024		566.895	(22.961)	(49.169)	960	72.112	-	674.843	4.990	118.868	-	1.366.538

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)						DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO (Em milhares de reais)					
	Nota explicativa	Controladora	Consolidado				Nota explicativa	Controladora	Consolidado		
		31.12.24	31.12.23	31.12.24	31.12.23			31.12.24	31.12.23	31.12.24	31.12.23
RECEITA LÍQUIDA DE VENDAS		1.620.031	1.586.644	1.627.470	1.594.245						
Variação do valor justo dos ativos biológicos	13 e 23	69.907	62.579	83.736	71.620						
Custo dos produtos vendidos	23	(1.071.588)	(973.628)	(1.085.760)	(979.267)						
LUCRO BRUTO		618.350	675.595	625.446	686.598						
(DESPESAS) RECEITAS OPERACIONAIS											
Com vendas	23	(139.919)	(128.874)	(141.788)	(130.695)						
Reversão (Perdas) por impairment contas a receber		(250)	(653)	(250)	(653)		13.a	(69.907)	(62.579)	(83.736)	(71.620)
Gerais e administrativas	23	(117.843)	(105.918)	(120.798)	(108.346)		12,13 e 28	168.953	103.250	195.234	112.606
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	23	(24.154)	122.278	(25.153)	120.977			1.987	-	1.987	934
Participação dos administradores	18	(19.523)	(16.468)	(19.523)	(16.468)			973	16.058	973	16.058
Resultado da equivalência patrimonial	11	2.608	7.798	-	-			-	2.555	-	2.555
RESULTADO ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO E DOS TRIBUTOS		319.269	553.758	317.934	551.413			(1.819)	(3.977)	(1.819)	(3.989)
Receitas (despesas) financeiras, líquidas	24	(112.981)	(49.445)	(110.407)	(45.574)			(2.608)	(7.798)	-	-
Receitas financeiras		103.411	189.171	106.041	193.113		11			-	-
Despesas financeiras		(216.392)	(238.616)	(216.448)	(236.687)		19	3.722	(1.768)	4.973	(1.646)
LUCRO OPERACIONAL ANTES DOS EFEITOS TRIBUTÁRIOS		206.288	504.313	207.527	505.839						
Imposto de renda e contribuição social corrente	10	64.878	(110.233)	63.983	(111.505)		6	210	597	210	597
Imposto de renda e contribuição social diferidos	10	33.353	(10.646)	33.009	(10.900)			596	337	596	337
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO		304.519	383.434	304.519	383.434						
Lucro atribuível a:											
Acionistas controladores		304.519	383.434	304.519	383.434			195.429	206.012	195.429	206.012
		304.519	383.434	304.519	383.434			2.205	2.715	2.205	2.715
								(5.334)	(41.642)	(5.334)	(41.642)
								8.409	5.692	8.409	5.692
								(8.561)	(232.114)	(8.561)	(232.114)
LUCRO BÁSICO E DILUÍDO POR AÇÃO ON - R\$	21	1,2782	1,5905	1,2782	1,5905						
As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras											
DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO - (Em milhares de reais)											
		Controladora	Consolidado								
		31.12.24	31.12.23	31.12.24	31.12.23						
Lucro líquido do exercício		304.519	383.434	304.519	383.434						
Outros resultados abrangentes											
Realização - custo atribuído		13.553	13.717	13.553	13.717			(18.193)	(4.982)	(17.530)	(5.723)
IR e CSLL sobre realização - custo atribuído		(4.809)	(4.664)	(4.809)	(4.664)			(26.319)	10.914	(26.922)	11.896
Reserva de lucros realizada - ativos biológicos		1.827	1.874	1.827	1.874			24.211	61.998	23.805	61.790
IR e CSLL reserva de lucros realizada - ativos biológicos		(552)	(637)	(552)	(637)			(2.482)	(7.564)	(2.341)	(7.558)
Total do resultado abrangente do exercício		314.738	393.724	314.738	393.724			11.997	4.969	15.346	19.659
Atribuível a acionistas controladores		314.738	393.724	314.738	393.724			Obrigações sociais e previdenciárias	3.776	1.856	3.929
Atribuível a acionistas não controladores		-	-	-	-			Adiantamentos de clientes	1.779	(36)	1.776
Total do resultado abrangente do exercício		314.738	393.724	314.738	393.724			Obrigações tributárias	69.520	(11.220)	70.431
								Outras contas a pagar	(3.977)	18.371	(18.382)
								Variações nos ativos e passivos	60.312	74.306	64.410
								Pagamento de juros sobre empréstimos, financiamentos, debêntures e swap	(150.869)	(210.950)	(150.869)
								Pagamento de juros sobre passivo de arrendamento	(2.205)	(2.715)	(2.205)
								Impostos pagos (IR e CSLL)	(32.337)	(106.396)	(33.841)
								Caixa líquido obtido das atividades operacionais	375.444	245.896	395.588
								FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO			
								Aplicações financeiras	(207.671)	(1.057.665)	(207.671)
								Resgate de aplicações financeiras	329.834	1.296.492	329.834
								Aquisição de imobilizado	(195.259)	(339.142)	(196.101)
								Aquisição de ativo biológico	(24.902)	(15.483)	(27.215)
								Aquisição de intangível	(6.148)	(11.676)	(6.148)
								Aporte de capital	-	(2.732)	-
								Recebimento na venda de ativos	2.280	4.388	2.280
								Adiantamento futuro aumento de capital	11	(13.000)	232
								Dividendos recebidos	25.828	28.030	-
								Recebimento na venda de ativos não circulantes mantidos para venda	-	29.525	-
								Outros investimentos	-	-	(2.150)
								Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento	(89.038)	(68.031)	(107.171)
								FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO			
								Pagamento de dividendos	(126.043)	(205.734)	(126.043)
								Passivo de arrendamento pagos	(10.765)	(9.409)	(10.765)
								Empréstimos e financiamentos captados	29.154	378.695	29.154
								Empréstimos, financiamentos e debêntures pagos	(11.514)	(543.155)	(11.514)
								Recompra de ações	(49.169)	(41.974)	(49.169)
								Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamento	(168.337)	(421.577)	(168.337)
								AUMENTO (REDUÇÃO) DE CAIXA E EQUIVALENTES DE			
								CAIXA NO EXERCÍCIO	118.069	(243.712)	120.080
								CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA NO INÍCIO DO EXERCÍCIO	459.050	702.762	484.152
								CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA NO FINAL DO EXERCÍCIO	577.119	459.050	604.232
As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras											

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS (Valores expressos em milhares de reais, exceto quando especificamente indicado)	
1. CONTEXTO OPERACIONAL	
A Irani Papel e Embalagem S.A. ("Companhia"), é uma companhia aberta domiciliada no Brasil, listada na B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão, segmento Novo Mercado, e com sede na Avenida Carlos Gomes, nº 400, salas 502/503, Edifício João Benjamin Zaffari, Bairro Boa Vista, município de Porto Alegre (RS). A Companhia e suas controladas têm como atividades preponderantes aquelas relacionadas à indústria de embalagens sustentáveis, tais como papelão ondulado, papel para embalagens e industrialização de produtos resinosos e seus derivados. Atua no segmento de florestamento e reflorestamento e utiliza como base de toda sua produção a cadeia produtiva das florestas plantadas (recurso natural renovável) e a reciclagem de papel. As controladas diretas estão relacionadas na nota explicativa nº 4. Sua controladora direta é a Irani Participações S.A., sociedade anônima brasileira de capital fechado. Sua controladora final é a empresa D.P. Representações e Participações Ltda., ambas empresas do Grupo Habitasul. Reforma Tributária A Reforma Tributária sobre consumo estabelecida pela Emenda Constitucional nº 132, instituiu o modelo baseado num IVA ("IVA dual") sendo: i) CBS – Contribuição sobre Bens e Serviços que substituirá o PIS e a COFINS; ii) IBS – Imposto sobre Bens e Serviços que substituirá o ICMS e o ISS. Foi também criado um IS - Imposto Seletivo de competência federal, que incidirá sobre a produção, extração, comercialização ou importação de bens e serviços prejudiciais à saúde e ao meio ambiente, nos termos de lei complementar. Em janeiro de 2025 foi sancionado o Projeto de Lei Complementar ("PLP") 68/24, convertido na Lei Complementar 214/25, que regulamentou parte da Reforma Tributária. Os efeitos da Reforma Tributária serão plenamente conhecidos quando finalizadas as regulamentações dos temas pendentes via Lei Complementar. Durante os anos de 2026 a 2032 haverá o período de transição em que os dois sistemas tributários, antigo e novo, serão utilizados em paralelo, com efeitos concretos a partir de 2027. Os anos de 2025 e 2026 serão importantes para a preparação da empresa a este cenário de transição, que perdurará até 2032. Não há qualquer efeito da Reforma Tributária nas Demonstrações Financeiras do exercício de 2024.	
2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS	
A Companhia apresenta as demonstrações financeiras individuais e consolidadas preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil incluindo os pronunciamentos, interpretações e orientações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e as normas internacionais de relatório financeiro (<i>International Financial Reporting Standards</i> (IFRS), emitidas pelo <i>International Accounting Standards Board</i> (IASB)) (atualmente denominadas pela Fundação IFRS como "normas contábeis IFRS" (<i>IFRS® Accounting Standards</i>)), incluindo as interpretações emitidas pelo <i>IFRS Interpretations Committee</i> (<i>IFRIC® Interpretations</i>) ou pelo seu órgão antecessor, <i>Standing Interpretations Committee</i> (<i>SIC® Interpretations</i>), e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela Administração na sua gestão. As operações da Companhia não apresentam características cíclicas ou sazonais que poderiam afetar a comparabilidade e interpretação dessas demonstrações financeiras. A emissão dessas demonstrações financeiras da Companhia foi autorizada pela Administração em 19 de fevereiro de 2025. Essas demonstrações financeiras foram elaboradas com base no custo histórico, exceto os ativos biológicos mensurados pelos seus valores justos menos as despesas para vender, conforme descrito na nota explicativa nº 13, instrumentos financeiros derivativos – swap e instrumentos financeiros mensurados pelos seus valores justos, conforme descrito nas notas explicativas nº 16 e nº 25, respectivamente. 2.1. Novas alterações de pronunciamentos adotadas nos vigentes A Companhia não adotou na preparação destas demonstrações financeiras as alterações de normas emitidas pelo IASB, que não estão em	
vigor para o exercício de 2024. A adoção antecipada embora encorajada pelo IASB, não é permitida, no Brasil, pelo Comitê de Pronunciamento Contábeis (CPC). As seguintes alterações em normas vigentes não deverão ter impacto significativo nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia e terão vigência a partir de 1º de janeiro de 2025: • Alteração ao IAS 21 - Falta de conversibilidade; • Alterações ao IFRS 9 e IFRS 7 - Classificação e Mensuração de Instrumentos Financeiros; • Alterações ao IFRS 9 e IFRS 7 - Contratos que tenham como referência energia e cuja geração dependa da natureza; • IFRS 18 - Apresentação e Divulgação nas Demonstrações Financeiras; • IFRS 19 - Subsidiárias sem Obrigação Pública de Prestação de Contas: Divulgações. 2.2. Novas alterações em pronunciamentos técnicos adotados nas demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2024. Foram emitidas as seguintes revisões de normas pelo CPC, que entrarão em vigor e foram adotadas efetivamente a partir de 1º de janeiro de 2024 pela Companhia, não havendo efeitos em suas demonstrações financeiras quanto a sua aplicação: • Alterações ao IAS 1 - Classificação de Passivos como Circulantes ou Não Circulantes e Passivos Não Circulantes com <i>Covenants</i>; • Alterações ao IFRS 16 - Passivo de Arrendamento em uma Venda e <i>Sale and Leaseback</i>; • Alterações ao IAS 7 e IFRS 7 - Acordos de Financiamento de Fornecedores.	
3. PRÁTICAS CONTÁBEIS MATERIAIS	
Estas demonstrações financeiras foram preparadas no pressuposto de continuidade da entidade, e a avaliação da continuidade operacional no futuro previsível foi formalizada pela Administração. a) Moeda funcional e conversão de moedas estrangeiras As demonstrações financeiras individuais e consolidadas são apresentadas em reais (R\$), sendo essa a moeda funcional e de apresentação da Companhia e de suas controladas. As transações em moeda estrangeira são inicialmente registradas à taxa de câmbio em vigor na data da transação. Os ganhos e perdas resultantes da diferença entre a conversão dos saldos em moeda estrangeira para a moeda funcional são reconhecidos na demonstração do resultado. b) Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas Na preparação destas demonstrações financeiras, a Administração utilizou julgamentos e estimativas que afetam a aplicação das políticas contábeis da Companhia e os valores reportados dos ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. As estimativas e premissas são revisadas de forma contínua. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente. A definição dos valores decorrentes de julgamentos, estimativas e premissas contábeis adotadas pela Administração foi elaborada com a utilização das melhores informações disponíveis na data das demonstrações financeiras, envolvendo experiência de eventos passados, previsão de eventos futuros, além do auxílio de especialistas, quando aplicável. As demonstrações financeiras incluem, várias estimativas, algumas mais significativas tais como: avaliação do valor justo dos ativos biológicos (nota explicativa nº 13), provisões fiscais, previdenciárias, civis e trabalhistas (nota explicativa nº 19), além de redução do valor recuperável de ativos financeiros (nota explicativa nº 12), julgamentos relacionados à apuração do crédito tributário de PIS e COFINS (nota explicativa nº 8) e também julgamentos de exclusão dos créditos presumidos de ICMS da base do IRPJ e da CSLL (nota explicativa nº 8). Os resultados reais dos saldos constituídos com a utilização de julgamentos, estimativas e premissas contábeis, quando de sua efetiva realização, podem ser divergentes dos reconhecidos nas demonstrações financeiras.	
Continua	

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO
Pérciles Pereira Druck Presidente Paulo Iserhard Carlos Fernando Couto de Oliveira Souto Paulo Sergio Viana Mallmann Roberto Faldini Maria Cristina Capocchi Ricciardi
DIRETORIA
Sérgio Luiz Cotrim Ribas Diretor - Presidente Odivan Carlos Cargnin Diretor de Administração, Finanças e de Relações com Investidores Henrique Zugman Diretor de Negócios Papel e Florestal Lindomar Lima de Souza Diretor de Negócio Embalagem Fabiano Alves de Oliveira Diretor de Pessoas, Estratégia e Gestão
CONTADOR
Evandro Zabott CRC 1SC024961/O-8 “S” RS

Aos Administradores e Acionistas
Irani Papel e Embalagem S.A.

Opinião
Examinamos as demonstrações financeiras individuais da Irani Papel e Embalagem S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2024 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, assim como as demonstrações financeiras consolidadas da Companhia e suas controladas ("Consolidado"), que compreendem o balanço patrimonial consolidado em 31 de dezembro de 2024 e as respectivas demonstrações consolidadas do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia e da Companhia e suas controladas em 31 de dezembro de 2024, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa, bem como o desempenho consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB) (atualmente denominadas pela Fundação IFRS como «normas contábeis IFRS»).

Base para opinião
Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais Assuntos de Auditoria
Principais Assuntos de Auditoria (PAA) são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.



Porque é um PAA	Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria
Valor justo dos ativos biológicos (Notas 13) A Companhia possui florestas de pinus, denominadas ativos biológicos, para abastecimento de matéria-prima na produção de celulose utilizada no processo de produção de papel para embalagens, produção de resinas e vendas de toras de madeira para terceiros. Os ativos biológicos são mensurados ao valor justo menos as despesas para colocar o ativo em condição de uso ou venda, aplicando-se a metodologia de abordagem de renda (<i>income approach</i>). Esse método faz uso de dados e premissas que envolvem julgamento significativo por parte da Administração e que incluem: índice de crescimento das diferentes florestas, preço da madeira em pé em diferentes regiões, preço da resina, taxas de desconto dos fluxos de caixa, plano de colheita das florestas e volume decorrente produtividade da madeira. Essa área foi considerada por nós como uma área de foco em nossa auditoria em virtude da relevância do saldo dos ativos biológicos, do julgamento significativo da Administração em relação às premissas antes mencionadas, com impacto relevante na determinação do valor justo e, por consequência, no resultado do exercício.	Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros e com o apoio de nossos especialistas em valorização de ativos biológicos, a atualização do entendimento da metodologia de avaliação, premissas e dados utilizados no respectivo cálculo. Assim, revisamos o modelo do fluxo de caixa descontado, bem como sua coerência geral lógica e aritmética. Para as principais premissas e dados considerados significativos no âmbito da auditoria, avaliamos o comportamento histórico vis a vis as projeções efetuadas, bem como discutimos a razoabilidade das premissas e dados utilizados com a administração. Confrontamos, em base de testes, os dados utilizados com documentos comprobatórios. Avaliamos, também, a competência, objetividade e capacidade de especialistas externos contratados pela administração para apoio na mensuração do valor justo. Comparamos as informações divulgadas nas notas explicativas com a avaliação e cálculos elaborados pela administração, bem como com os requisitos de divulgação estabelecidos pela norma contábil. Consideramos que os critérios e premissas adotados pela Companhia para determinação do valor justo dos ativos biológicos, bem como as divulgações em notas explicativas, são consistentes com as evidências que obtivemos.

Reconhecimento e mensuração de créditos presumidos de ICMS da base do IRPJ e da CSLL (Notas 3 (b) e 8 (b))
A Companhia registrou créditos fiscais no montante de R\$ 175.860 mil, oriundos de processo judicial transitado em julgado em 09 de outubro de 2024. O referido processo judicial reconheceu o seu direito à exclusão das receitas decorrentes de incentivos fiscais (crédito presumido de ICMS) da base de cálculo do IRPJ e da CSLL, sem a necessidade de constituição de Reservas de Lucros. Esse assunto foi foco de nossa auditoria em razão da relevância dos valores envolvidos no período e que tiveram efeito sobre a auditoria em função do volume de operações que deram origem aos créditos, atualizações monetárias dos períodos envolvidos, bem como a verificação da recuperabilidade dos referidos créditos fiscais.

Como parte dos nossos procedimentos de auditoria, obtivemos o entendimento do processo mediante discussões com o departamento jurídico e a administração e, adicionalmente, aplicamos os procedimentos descritos a seguir. Com auxílio de nossos especialistas tributários, efetuamos a leitura da decisão judicial (trânsito em julgado) e avaliamos e discutimos com a administração as conclusões obtidas pela Companhia, tanto para entendimento do mérito quanto para o reconhecimento e quantificação do ativo. Em base de testes, efetuamos os recálculos dos valores dos créditos dos impostos a recuperar e da correspondente atualização monetária reconhecidos aplicável para o período objeto da ação judicial. Confrontamos, em base de testes, os dados contidos na memória de cálculo dos valores dos créditos dos impostos a recuperar com os documentos comprobatórios, bem como confrontamos o valor total dos créditos de impostos com o valor contabilizado. Com base na análise do plano de recuperação desse crédito elaborado pela administração, efetuamos indagações e testamos a capacidade de realização do referido crédito tributário. Consideramos que as premissas e critérios adotados pela administração são consistentes com as divulgações em notas explicativas e as informações obtidas em nossos trabalhos.

RELATÓRIO DO COMITÊ DE AUDITORIA Exercício de 2024
O Comitê de Auditoria da Irani Papel e Embalagem S.A. (Comitê) é um órgão não estatutário de assessoramento ao Conselho de Administração da Companhia, instalado em 10.09.2020. Atua de forma permanente e independente e com orçamento próprio. Suas competências seguem as normas do Regulamento do Novo Mercado da B3 e são as definidas no Estatuto da Companhia e no Regimento Interno do Comitê, disponível no endereço eletrônico: http://www.irani.com.br/wp-content/uploads/2020/12/REGIMENTO-INTERNO-DO-COMIT%C3%8A-DE-AUDITORIA.pdf. No exercício de 2024, o Comitê realizou vinte reuniões ordinárias e extraordinárias, tratando dos temas: Área Financeira e Contabilidade, normas do CPC e CVM, estrutura de controle contábil, contingências, análise de demonstrações financeiras intermediárias e demonstrações financeiras do exercício e respectivas Notas Explicativas, acompanhamento e discussão de processos para gestão de riscos, acompanhamento e revisão do mapa de riscos, controles internos, sistemas e armazenamento de dados, segurança de dados e da informação, inteligência artificial, descarte de resíduos perigosos, transações com partes relacionadas, <i>impairment</i> de ativos fixos e intangíveis, acompanhamento da avaliação de ativos biológicos, créditos fiscais diferidos e outros temas de interesse da Companhia. O Comitê discutiu o planejamento e acompanhou os trabalhos da auditoria interna, assessorou o Conselho de Administração na discussão de políticas e procedimentos e acompanhou as reuniões ordinárias do Conselho de Administração, realizando em cada uma o relato de suas atividades no período. Seguindo as boas práticas, o Comitê manteve reuniões em separado com os auditores independentes para discussão dos trabalhos de revisão de cada uma das demonstrações financeiras intermediárias e da auditoria das demonstrações financeiras do exercício de 2024. O Comitê examinou as minutas das demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Irani Papel e Embalagem S.A. e de suas controladas, e respectivas Notas Explicativas, para o exercício findo em 31 de dezembro de 2024. O exame incluiu discussões com a Administração, Contabilidade, áreas Jurídica e de Gestão de Riscos, Auditoria Interna e Auditoria Independente. Nos acompanhamentos, discussões e exames realizados, o Comitê não teve conhecimento de fatos que não estejam refletidos nas Demonstrações Financeiras, e não encontrou evidências ou indícios de erro ou fraude. O Comitê opina que as Demonstrações Financeiras do Exercício de 2024 da Irani Papel e Embalagem S.A. estão em condições de serem apreciadas pelo Conselho de Administração. Porto Alegre, 19 de fevereiro de 2025. Comitê de Auditoria da Irani Papel e Embalagem S.A. Roberto Lamb Membro e Coordenador do Comitê Roberto Faldini Conselheiro de Administração e Membro do Comitê Wladimir Omiechuk Membro do Comitê

PARECER DO CONSELHO FISCAL Exercício de 2024
O Conselho Fiscal da Companhia Irani Papel e Embalagem S.A., em cumprimento das disposições legais e estatutárias, examinou o relatório da administração e as demonstrações financeiras e respectivas notas explicativas referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2024. Com base nos exames efetuados, considerando, ainda, o relatório dos auditores independentes PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes Ltda, datado de 20 de fevereiro de 2025, bem como as informações e esclarecimentos recebidos no decorrer do exercício, opina que os referidos documentos estão em condições de serem apreciados pela Assembleia Geral Ordinária dos acionistas. Porto Alegre, RS, 20 de fevereiro de 2025. Renê Sanda Rosângela Costa Süffert Leticia Pedercini Issa

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Outros assuntos
Demonstrações do Valor Adicionado
As Demonstrações do Valor Adicionado (DVA), individuais e consolidadas, referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024, elaboradas sob a responsabilidade da administração da Companhia e apresentadas como informação suplementar para fins de normas contábeis IFRS, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão conciliadas com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - "Demonstração do Valor Adicionado". Em nossa opinião, essas demonstrações do valor adicionado foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e são consistentes em relação às demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras individuais e consolidadas e o relatório do auditor
A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas
A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB) (atualmente denominadas pela Fundação IFRS como "normas contábeis IFRS"), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia e suas controladas, em seu conjunto, continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia e suas controladas, em seu conjunto, ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas
Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia e suas controladas, em seu conjunto. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia e suas controladas, em seu conjunto, a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, inclusive as divulgações e se essas demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Planejamos e executamos a auditoria do grupo para obter evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou unidades de negócio do grupo como base para formar uma opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e revisão do trabalho de auditoria realizado para os propósitos da auditoria do grupo e, consequentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que, eventualmente, tenham sido identificadas durante nossos trabalhos. Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as ações tomadas para eliminar ameaças à nossa independência ou salvaguardas aplicadas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os Principais Assuntos de Auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Porto Alegre, 20 de fevereiro de 2025	
PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes Ltda. CRC 2SP000160/F-6	Rafael Biedermann Mariante Contador CRC 1SP243373/O-0

PROTOCOLO DE ASSINATURA(S)

Para download do arquivo contendo a certificação digital, clique no link:

<https://jornalcomercio.redeimagem.com.br/viewer/pagestream?token=3dggh%2FQMPfmd0H8%2BZGw4sAW70S1rEgRFNmCgD%2BYTwNjnZuzxvy6dxm97oyUnA9a0>



Para verificar a autenticidade do documento acima, acesse o verificador do site do ITI (Instituto Nacional de Tecnologia da Informação), ferramenta indicada pela ICP Brasil para validação da certificação digital.

<https://validar.iti.gov.br>

(Verificador de Conformidade do Padrão de Assinatura Digital da Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira – ICP-Brasil)

Certificado(s)

Nome: EMPRESA JORNALISTICA J C JARROS LTDA:92785989000104
Emitido por: AC SAFEWEB RFB v5
Data da assinatura: 21/02/2025 00:11:52



Este documento foi assinado digitalmente por:

EMPRESA JORNALISTICA J C JARROS LTDA:92785989000104

Para download do arquivo contendo a certificação digital clique no link:

<https://jornalcomercio.redeimagem.com.br/viewer/pagestream?token=3dggh%2FQMPfmd0H8%2BZGw4sAW70S1rEgRFNmCgD%2BYTwNjnZuzxvy6dxm97oyUnA9a0>